



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE PRAIA GRANDE**  
**FORO DE PRAIA GRANDE**  
**1ª VARA CÍVEL**

AV. DR. ROBERTO DE ALMEIDA VINHAS, 9101, Praia Grande - SP -  
 CEP 11705-090

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006015-21.2025.8.26.0477**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Alexandre César dos Santos e outro**  
 Requerido: **Gabriel Piccolo**

Tramitação prioritária

Juiz de Direito: Dr. **ADSON GUSTAVO DE OLIVEIRA**

Vistos.

Trata-se de ação ajuizada por -----contra **Gabriel Piccolo** na qual pleiteiam, em resumo: *a*) indenização por danos morais no valor de R\$ 80.000,00; e, *b*) o deferimento da tutela de urgência para remoção de vídeos das redes sociais do réu que tratem da controvérsia dos presentes autos; *c*) o deferimento da tutela inibitória para que o réu se abstenha de abordar o tema relativo a este processo em qualquer meio de comunicação até o trânsito em julgado desta ação; e, *d*) que o réu seja compelido a publicar em todas as suas redes sociais um vídeo de retratação pública admitindo seu erro e esclarecendo para seus seguidores que a imobiliária sempre esteve certa e agiu dentro dos limites da lei.

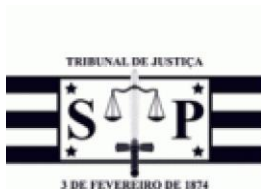
Alegam os autores que o requerido, influenciador digital, estacionou seu veículo no estacionamento privativo da imobiliária em 25/03/2025 e, após ser solicitada a retirada do automóvel, o réu iniciou gravação de vídeos alegando que o espaço seria público e que as guias teriam sido rebaixadas irregularmente pelo proprietário, violando as diretrizes do CONTRAN.

Sustentam que o conteúdo digital repercutiu e alcançou mais de 30 milhões de visualizações nas plataformas “TikTok” e “Instagram”, gerando mais de 440 mil novos seguidores ao requerido e ganhos financeiros estimados em R\$ 25.000,00, causando danos à reputação da empresa e exposição indevida do empresário e da pessoa jurídica ora autores.

Finalizam argumentando que a conduta foi premeditada para gerar engajamento e que a Prefeitura Municipal confirmou oficialmente a regularidade do estacionamento privativo, e

**1006015-21.2025.8.26.0477 - lauda 1**

que mesmo assim o requerido persistiu na divulgação de informações que consideram falsas.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE PRAIA GRANDE**  
**FORO DE PRAIA GRANDE**  
**1ª VARA CÍVEL**

AV. DR. ROBERTO DE ALMEIDA VINHAS, 9101, Praia Grande - SP -  
CEP 11705-090

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

Indeferida a tutela de urgência em primeira instância em 15/04/2025 sob o fundamento de que *“a exclusão de conteúdo armazenado em plataforma de vídeo, como forma de limitação à liberdade de expressão, justifica-se somente nos casos em que é constatado o abuso de direito, que prima facie não se verifica, vez que se trata de confusão que houve a participação do próprio réu, retratada por este. Assim sendo, ausente na espécie a verossimilhança da alegação”*.

Interposto Agravo de Instrumento nº 2115850-97.2025.8.26.0000, o Egrégio Tribunal de Justiça, em 27/04/2025, reformou a decisão de primeiro grau e deferiu a tutela de urgência determinando que o requerido retirasse os vídeos relacionados aos autores de suas redes sociais em 48 horas, sob pena de multa diária de R\$ 500,00.

O requerido apresentou contestação suscitando preliminares de inépcia da petição inicial e incorreção no valor da causa. No mérito, aduziu exercício regular do direito de liberdade de expressão, pautado em parecer da SENATRAN sobre a Resolução CONTRAN 965/2022. Se defendeu afirmando que não prestou informações falsas e que o caso em questão retrata interesse público que merece divulgação. Arrematou dizendo que o valor arrecadado pela disseminação dos vídeos não alcançou o importe de R\$ 25.000,00 como alegado pelos autores, e que no caso não se configurou o dano moral indenizável.

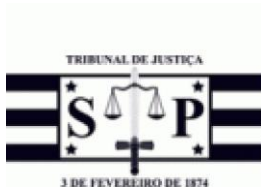
É o relatório.

Fundamento e decido.

**PRELIMINAR DE INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL**

O réu suscitou preliminar de inépcia da petição inicial sob o fundamento de que contém pedido genérico de dano moral sem individualização dos prejuízos sofridos por cada autor, o que impossibilitaria o exercício do contraditório e da ampla defesa. Porém, sem razão.

Nos termos do art. 330, I, do CPC, a petição inicial será indeferida quando for



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE PRAIA GRANDE**  
**FORO DE PRAIA GRANDE**  
**1ª VARA CÍVEL**

AV. DR. ROBERTO DE ALMEIDA VINHAS, 9101, Praia Grande - SP -  
CEP 11705-090

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

**1006015-21.2025.8.26.0477 - lauda 2**

inepta, assim se considerando, dentre outros casos, quando o pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico (art. 330, § 1º, II, CPC).

No caso, a petição inicial conta com descrição adequada dos fatos constitutivos do direito alegado, especifica a conduta imputada ao requerido (gravação e divulgação de vídeos), identifica o nexo causal (viralização do conteúdo) e indica os danos pretensamente sofridos (abalo à reputação empresarial e exposição pessoal indevida), além de quantificar o pedido de compensação por danos morais no importe de R\$ 80.000,00.

Desta forma, como não há vícios na petição inicial, tem-se resguardado não só o contraditório e a ampla defesa, mas todas as demais garantias constitucionais, especialmente o devido processo legal.

**PRELIMINAR DE INCORREÇÃO DO VALOR DA CAUSA**

O réu alegou que o valor de R\$ 80.000,00 atribuído à causa é desproporcional e não encontra respaldo nos elementos probatórios apresentados. Sem razão.

Nos termos do art. 292, V, do CPC, o valor da causa que constará da petição inicial, na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, será o valor pretendido.

No presente caso, os autores atribuíram R\$ 80.000,00 ao valor causa, exatamente a quantia pretendida para fins de compensação por danos morais. Logo, não há reparos a serem feitos neste aspecto.

**MÉRITO**

O processo comporta julgamento antecipado de mérito (art. 355, I, do CPC), por se tratar de matéria de direito e de fato documentalmente provado, prescindindo de dilação probatória (arts. 370 e 371, ambos do CPC).

De antemão, os pedidos dos autores são improcedentes.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE PRAIA GRANDE**  
**FORO DE PRAIA GRANDE**  
**1ª VARA CÍVEL**

AV. DR. ROBERTO DE ALMEIDA VINHAS, 9101, Praia Grande - SP -  
 CEP 11705-090

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

**1006015-21.2025.8.26.0477 - lauda 3**

Embora tenha se instaurado intensa digressão sobre a natureza do estacionamento situado no estabelecimento comercial da autora “-----” (se público ou privado), verifico que a controvérsia central reside na verificação se a conduta do réu configurou, ou não, danos morais indenizáveis. Não passa despercebida a questão sobre a possibilidade de estacionamento (ou não) de veículo em vagas recuadas, mas esse ponto é subjacente e será enfrentado oportunamente.

Noto que no dia 25/03/2025 o réu parou o seu automóvel em uma das vagas do estacionamento recuado da imobiliária autora, quando lhe foi solicitada a retirada do veículo, ocasião em que o demandado, *digital influencer*, iniciou gravação de vídeos alegando que o espaço seria de acesso público e irrestrito, imagens divulgadas em plataformas digitais com ampla repercussão.

Verifico, após análise atenta aos vídeos publicados, que o réu permaneceu com a câmera frontal do aparelho celular voltada para o seu rosto a todo tempo, preservando tanto a imagem da Imobiliária quanto do empresário.

Durante o ocorrido, o empresário se aproximou do réu e disse seu nome, mas o réu censurou o nome do autor na transmissão do vídeo. Além disso, houve uma ligeira (brevíssima) captura da imagem da fachada durante o vídeo, não sendo possível, pela qualidade das imagens, identificar com clareza sequer o nome da empresa.

Em nenhum momento o réu citou o nome do empresário ou da Imobiliária, dados pessoais que somente vieram à tona, com riqueza de detalhes, após a veiculação da informação sobre o ocorrido em uma matéria jornalística por meio da imprensa local, o que desloca o nexo de causalidade para terceiros.

Após isso, o réu publicou os vídeos em suas redes sociais, reitero, preservando a imagem dos envolvidos, conteúdo que alcançou números expressivos de visualizações devido à notoriedade do réu nas plataformas digitais, conteúdo replicado por usuários, ora em sua inteireza ora somente a voz do réu com a criação de versões humorísticas acerca situação (“memes”).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE PRAIA GRANDE**  
**FORO DE PRAIA GRANDE**  
**1ª VARA CÍVEL**

AV. DR. ROBERTO DE ALMEIDA VINHAS, 9101, Praia Grande - SP -  
 CEP 11705-090

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

**1006015-21.2025.8.26.0477 - lauda 4**

Nesse contexto, tenho que a conduta do réu não configura ilícito civil, mas sim lícito exercício do direito fundamental à liberdade de expressão (art. 5º, IV e IX, da Constituição), da veiculação da própria imagem e da assegurada livre iniciativa (art. 1º, IV, Constituição).

Saliento que, modernamente, embora não haja hierarquia entre direitos fundamentais, a liberdade de expressão tem assumido posição preferencial (FONTELES, Samuel. Direitos Fundamentais, 6ª ed., SP, Juspodivm, 2024, p. 148), concepção que, inclusive, encontra corroboração na jurisprudência do STF, notadamente nos votos do Em. Ministro Roberto Barroso, para quem “a liberdade de expressão desfruta de uma posição preferencial no Estado democrático brasileiro, por ser uma pré-condição para o exercício esclarecido dos demais direitos e liberdades” (STF, 1ª Turma, RCL 22.328/RJ, julgado em 6/3/2018).

Nessa perspectiva, o comportamento do réu não causou danos à reputação dos envolvidos, tampouco provocou exposição indevida do empresário e da pessoa jurídica ora autores, requisitos essenciais para fins de indenização por danos extrapatrimoniais (arts. 186, 927 e 944, todos do Código Civil).

A questão se centrou, necessariamente, no embate acerca do direito civil e administrativo de estacionar o veículo em estacionamento de recuo “privativo” de uma empresa mesmo não sendo integrante da clientela, situação essa que, no dia dos fatos, foi apaziguada pela Polícia Militar e pela Guarda Civil.

Nesse panorama, para configuração do dano moral, necessária a comprovação dos elementos: conduta, dano e nexo causal. A **conduta**, divulgação de conteúdo não deliberadamente falso, baseou-se em interpretação da legislação. Entretanto, não obstante tenha havido exposição e repercussão midiática, não se verificam **danos** (prejuízos concretos e significativos) à reputação dos autores que justifiquem indenização por danos morais, pois os dados pessoais (nome das pessoas física e jurídica) foram veiculados por um jornal da cidade, falecendo, assim, qualquer **nexo de causalidade** com o comportamento do réu.

Assim, o réu não violou a honra objetiva e/ou subjetiva do autor pessoa física,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE PRAIA GRANDE**  
**FORO DE PRAIA GRANDE**  
**1ª VARA CÍVEL**

AV. DR. ROBERTO DE ALMEIDA VINHAS, 9101, Praia Grande - SP -  
 CEP 11705-090

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

**1006015-21.2025.8.26.0477 - lauda 5**

tampouco causou abalo à honra objetiva da pessoa jurídica envolvida (Súmula 227 do STJ), o que conduz à improcedência do pedido.

Consequentemente, diante da improcedência do pedido de compensação por danos morais, também improcede o pedido de retirada dos vídeos das plataformas digitais do réu, sob pena de se configurar indevida censura.

Embora o embate argumentativo do réu com o autor pessoa física sobre a possibilidade, ou não, de fruição do estacionamento de recuo, é certo que o cidadão, desde que não profira discurso de ódio nem veicule *fake news*, pode manifestar seu pensamento em suas redes sociais e pode, ainda, se imiscuir em interpretação de dispositivos normativos, dado que o Direito serve à sociedade e nasce, exatamente, para fins de pacificação social.

A propósito, sobre a natureza jurídica do estacionamento de recuo, fonte da controvérsia, passo às observações.

A Política Urbana, relacionada ao meio ambiente artificial (ADI 3540, STF) e executada pelo Poder Público municipal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (art. 182, *caput*, da Constituição).

A propriedade privada é um direito fundamental assegurado constitucionalmente, desde que cumprida a sua função social (art. 5º, XXII e XXIII, da Constituição), o que se verifica, quanto às urbanas, quando atendidas as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor (art. 182, § 2º, da Constituição).

A calçada é um espaço público e o fato de ser utilizado pelo lojista não o transforma, automaticamente, em privado, pois não há apossamento do espaço público pelo particular. Nesse compasso, o art. 9º, da Resolução CONTRAN nº 965/2022, veda a destinação de “*parte da via para estacionamento privativo de qualquer veículo em situações de uso*” não previstos naquele ato normativo (aluguel, pessoas com deficiência, pessoa idosa, operação de carga, ambulância, rotativo, curta duração, viaturas e veículos elétricos).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE PRAIA GRANDE**  
**FORO DE PRAIA GRANDE**  
**1ª VARA CÍVEL**

AV. DR. ROBERTO DE ALMEIDA VINHAS, 9101, Praia Grande - SP -  
 CEP 11705-090

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

**1006015-21.2025.8.26.0477 - lauda 6**

O estacionamento de recuo é uma alternativa criada por empresas para facilitar o acesso de clientes às lojas. Para isso, os empresários rebaixam o meio-fio para que os clientes possam transpassar a calçada e acessar as referidas vagas. Cuida-se de uma prática legítima se feita de forma ordenada e autorizada pela municipalidade.

Entretanto, ao rebaixar o meio-fio, retira-se dos condutores não clientes a possibilidade de estacionar os seus carros paralelamente à calçada, o que torna públicas, em regra, as vagas criadas pelo empresário.

A questão muda de figurino quando o estacionamento é privativo com cancelas e controle de entrada e de saída, o que atrai aos empresários o dever de guarda irrestrita dos automóveis e responsabilidade objetiva quanto ao dever de indenizar em caso de danos (Súmula 130 do STJ).

Um contexto interessante também surge quando o rebaixamento do meio-fio se dá em vias cujo estacionamento paralelo não é permitido, o que, pela documentação dos autos, é a hipótese do presente caso.

Os documentos juntados demonstram que o estacionamento está localizado em área privativa da propriedade da imobiliária (matrículas nº 139.221, 139.222 e 139.223), de sorte que a Prefeitura Municipal de Praia Grande, por meio de “nota oficial” divulgada no jornal “A Tribuna”, confirmou essa informação e asseverou que naquela via é proibido o estacionamento paralelo.

Noto que, embora não suprimido o direito de estacionar dos motoristas, o estacionamento de recuo da empresa autora não possui cancela ou delimitação com controle de entrada e de saída, de sorte que, eventual furto/roubo ocorrido nos automóveis ali estacionados não atrairia, em tese, a responsabilidade objetiva à luz da Súmula 130 do STJ, pois estacionados “a céu aberto” sem expectativa de vigilância pela empresa, não obstante em espaço privado.

O TJSP já se pronunciou sobre o assunto e definiu que eventual infortúnio ocorrido em estacionamento de recuo em frente ao estabelecimento comercial, aberto e acessível





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE PRAIA GRANDE**  
**FORO DE PRAIA GRANDE**  
**1ª VARA CÍVEL**

AV. DR. ROBERTO DE ALMEIDA VINHAS, 9101, Praia Grande - SP -  
 CEP 11705-090

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

**1006015-21.2025.8.26.0477 - lauda 7**

por qualquer pessoa (o caso dos autos), não atrai responsabilidade objetiva da empresa (TJSP -  
*Recurso Inominado Cível: 1025739-04 .2023.8.26.0114 Campinas, Relator.: Carlos*  
*EduardoBorges Fantacini - Colégio Recursal, Data de Julgamento: 25/04/2024, 7ª Turma*  
*Recursal Cível, Data de Publicação: 25/04/2024)*

Essa digressão sobre o assunto é importante para contextualizar que se trata de tema com diversas nuances que podem tornar uma argumentação válida ou não sob o ponto de vista prático-jurídico.

Nesse panorama, embora ninguém possa se escusar de cumprir a lei alegando que não a conhece (art. 3º da LINDB), não se exige do cidadão comum profundo conhecimento normativo e regulamentar sobre direito urbanístico, sobretudo no contexto da sociedade atual, bombardeada com informações amplificadas de alta repercussão, disseminação e viralização.

Nessa perspectiva, sem entrar no mérito do acerto ou erro das afirmativas do réu no embate argumentativo com o empresário autor no dia dos fatos, certo é que isso se encontra no campo da liberdade de manifestação do pensamento sem invasão ou ofensa à honra dos envolvidos, especialmente quando o próprio empresário foi até a rua, ciente de que o réu estava se filmando, e iniciou conversação, assim sem expectativa de privacidade da sua imagem-voz.

Deste modo, improcedente o pedido de retirada dos conteúdos das redes sociais.

### **TUTELA DE URGÊNCIA**

O Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, por meio da respeitável decisão proferida pelo ilustre Desembargador Rogério Murillo Pereira Cimino da 27ª Câmara de Direito Privado, no Agravo de Instrumento nº 2115850-97.2025.8.26.0000, reformou a decisão de primeira instância em 27/04/2025 e deferiu a tutela recursal para determinar a remoção dos vídeos das redes sociais do requerido.

A fundamentação do venerando acórdão se baseou na análise de que  
*“aparentemente, as acusações do agravado não têm amparo legal, tendo em vista que a via*





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE PRAIA GRANDE**  
**FORO DE PRAIA GRANDE**  
**1ª VARA CÍVEL**

AV. DR. ROBERTO DE ALMEIDA VINHAS, 9101, Praia Grande - SP -  
 CEP 11705-090

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

**1006015-21.2025.8.26.0477 - lauda 8**

*naquela localidade não permite estacionamento” e que “a permanência dos vídeos difamatórios nas redes sociais inflama a situação de desonra que perpassa a agravante, justificando o perigo da demora”.*

Contudo, respeitosamente, a presente cognição exauriente, própria do julgamento de mérito, revela elementos fático-jurídicos que vão contra a decisão provisória pautada em cognição sumária.

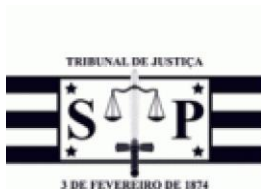
Conforme explicitado na fundamentação acima tecida, o exame detalhado dos vídeos publicados demonstra que o réu não ofendeu a dignidade ou a honra dos autores, mas sim se exerceu de forma lícita a garantia constitucional da liberdade de expressão e de manifestação do pensamento.

Tal circunstância, aliada à constatação de que a conduta do requerido se amparou em interpretação da legislação (sem o mérito de ser correta ou equivocada), conduz à conclusão diversa daquela provisória vislumbrada no referido Agravo de Instrumento.

Diante da nova perspectiva jurídica que emerge da cognição plena, e com o devido respeito à decisão do Egrégio Tribunal de Justiça, mostra-se necessária a revogação da tutela de urgência anteriormente deferida, com a consequente ineficácia dos seus acessórios (astreintes), dado o princípio da gravitação jurídica.

A revogação justifica-se pela ausência de ato ilícito, considerando que o requerido exerceu legitimamente direito de se manifestar nas suas redes sociais sem expor a vexame os interlocutores e a pessoa jurídica envolvida, amparado em interpretação pessoal sobre a legislação de trânsito.

A presente decisão não representa desrespeito à decisão da Instância Superior, mas sim aplicação do princípio da livre convicção motivada e da independência funcional do magistrado na análise do mérito, com base na cognição exauriente própria da sentença. Assim, com o máximo respeito à decisão provisória proferida em grau recursal, revogo a tutela de urgência e eventuais astreintes.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE PRAIA GRANDE**  
**FORO DE PRAIA GRANDE**  
**1ª VARA CÍVEL**

AV. DR. ROBERTO DE ALMEIDA VINHAS, 9101, Praia Grande - SP -  
CEP 11705-090

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

**1006015-21.2025.8.26.0477 - lauda 9**

**DISPOSITIVO**

Diante de todo o exposto, com fundamento no art. 487, I, do CPC, julgo **IMPROCEDENTES** os pedidos iniciais para:

**A) DECLARAR** a inexistência de ato ilícito por parte do réu, por se tratar de exercício regular do direito de liberdade de expressão sobre tema de interesse público e **RECONHECER** que a interpretação sobre a legislação, sem dolo específico, não configura dano moral indenizável;

**C) REVOGAR** a tutela de urgência deferida pelo E. Tribunal de Justiça, autorizando a republicação dos vídeos pelo requerido, por ausência dos requisitos legais e prevalência da liberdade de expressão;

**D) CONDENAR** os autores ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor atribuído à causa, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC.

Em caso de recurso de apelação, ciência à parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias úteis (art. 1.010, § 1º do CPC). Após, subam os presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, com nossas homenagens e cautelas de estilo, a quem compete o juízo de admissibilidade (art. 1.010, § 3º, CPC).

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.I.C.

Praia Grande, 12 de setembro de 2025.

**Adson Gustavo de Oliveira**

*Juiz Substituto*

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

**1006015-21.2025.8.26.0477 - lauda 10**